



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
DIRETORIA GERAL

P R O T O C O L O

*Recebu em Vista
Ver seção
24/06/08.*

PROCESSO nº 186/2008 de 20 de junho de 2008

INTERESSADO: Executivo Municipal

LOCALIDADE: Bento Gonçalves

ASSUNTO: INSTITUI NORMAS PARA A CONCESSÃO DE AUXÍLIOS

PARA ENTIDADES CULTURAIS.

PROJETO-DE-LEI nº 113/2008 de 20 de junho de 2008

COMISSÕES DE: Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento

ARQUIVADO EM: _____

Secretário-Geral

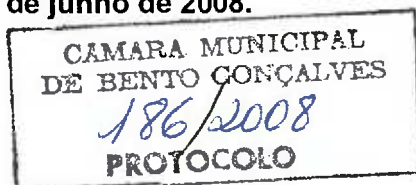
Lei Municipal nº 4.407/2008



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Of. nº 120/2008 - GAB/PL

Bento Gonçalves, 18 de junho de 2008.



Excelentíssimo Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 113 que “**INSTITUI NORMAS PARA A CONCESSÃO DE AUXÍLIOS PARA ENTIDADES CULTURAIS**”.

A Central de Controle Interno do Município recomendou ao Prefeito Municipal a elaboração de Projeto de Lei regulamentando e disciplinando a destinação de auxílios financeiros a entidades culturais, sem fins lucrativos, bem como a celebração de Termo de Cooperação e a sua devida prestação de contas.

Por se tratar de transferência de recursos públicos a entidades culturais, a Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves, também, fica subordinada a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial, ao art. 26, motivo pelo qual se justifica a propositura do Projeto de Lei anexo.

Ademais, não há no Município legislação específica que regule ou discipline a concessão de auxílios para entidades culturais, dificultando a prestação de contas por parte das entidades beneficiadas.

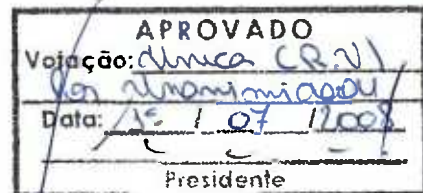
Diante do exposto, estamos remetendo o Projeto de Lei anexo que visa ordenar as ações e programas de incentivos a cultura, mediante apoio financeiro.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, **em regime de urgência**, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

ALCINDO GABRIELLI
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador **IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI**
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Palácio 11 de Outubro
Nesta Cidade



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 113, DE 18 DE JUNHO DE 2008.

**INSTITUI NORMAS PARA A
CONCESSÃO DE AUXÍLIOS PARA
ENTIDADES CULTURAIS.**

Art. 1º - Os repasses de auxílios financeiros para entidades culturais sem fins lucrativos, com o objetivo de estimular a realização de atividades e projetos culturais, no âmbito do Município de Bento Gonçalves, tem por objetivos:

- I - contribuir para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;
- II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;
- III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;
- IV - proteger as expressões culturais, garantindo o pluralismo da cultura;
- V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade;
- VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico;
- VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;
- VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
- IX - priorizar o produto cultural originário regional.

Art. 2º - Para os fins dessa lei, considera-se atividade e/ou projeto cultural aquelas ações relacionadas as seguintes áreas:

- I – arte cênica, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;
- II - produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e outras formas de reprodução fonovideográfica de caráter cultural;
- III – literatura;
- IV – música;
- V – artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, design e filatelia;
- VI – folclore e artesanato regionais;
- VII – pesquisa e documentação científica;
- VIII – acervo, preservação e restauração de patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, arquivos, museus, centros culturais e demais acervos;
- IX – rádio e televisão local, de caráter educativo e cultural, de caráter não-comercial.

Parágrafo único – O disposto neste artigo somente se aplica aos projetos que visem à exibição, utilização ou circulação pública de bens culturais, sendo vedado a concessão do benefício a obras, produtos, eventos ou outros destinados ou circunscritos a circuitos privados ou a coleções particulares.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

2

Art. 3º - Para o fomento às atividades culturais descritas no art. 2º desta lei, os auxílios a serem destinados pelo Município poderão consistir em:

- I – recursos financeiros para entidade cultural;
- II - transporte e seguro de objeto de valor cultural, destinado à exposição pública;
- III – transporte de pessoas ou grupos culturais com vistas à difusão cultural;
- IV – custeio de inscrição em seminários e/ou cursos de caráter artístico, destinados à formação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal na área de cultura, em estabelecimento sem fins lucrativos;
- V – realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore;
- VI – construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;
- VII – conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos;
- VIII – restauração de obras de arte e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural;
- IX – outros, mediante edição de lei específica.

Parágrafo único - A concessão dos benefícios previstos nessa lei dependerá da análise da Comissão Técnica composta de, no mínimo, 03 (três) membros e aprovação do Conselho Consultivo da Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves.

Art. 4º - Os incentivos serão concedidos à vista de requerimento das entidades interessadas, instruído com os seguintes documentos:

- I - cópia do ato constitutivo da entidade, devidamente registrado, acompanhado de suas últimas alterações;
- II - prova do registro ou inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- III - prova de regularidade fiscal, relativa aos tributos e contribuições federais, estaduais, Municipais e FGTS;
- IV - comprovante de conta bancária em nome da entidade cultural;
- V - projeto das atividades culturais que a entidade pretende desenvolver, compreendendo o cronograma dos atos relacionados, a estimativa financeira da produção cultural, o alcance público do projeto, a projeção da população envolvida nas atividades, o prazo para o início das atividades e a indicação expressa dos objetivos a serem atingidos, conforme Anexo I da presente lei.

Art. 5º - O montante do auxílio financeiro a ser concedido dependerá do interesse público que ficar comprovado pela análise dos elementos referidos no inciso V do art. 4º dessa lei.

Art. 6º - A Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves, decidirá sobre o pedido e elaborará o Termo de Cooperação, consubstanciando as obrigações das partes, em especial os objetivos a serem atingidos, conforme Anexo II da presente lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

3

Art. 7º - Caberá à Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves a execução do disposto nesta lei.

Art. 8º - As entidades beneficiadas com auxílios financeiros regulamentados por esta lei deverão prestar contas dos recursos públicos recebidos na periodicidade estipulada no Termo de Cooperação celebrado com a Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves, comprovando a realização dos objetivos propostos no inciso V do art. 4º desta lei.

Art. 9º - Na hipótese do projeto cultural não se realizar, a entidade beneficiada deverá apresentar justificativa escrita e fundamentada perante a Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves, efetuando, de imediato, a devolução dos valores recebidos, através de depósito em conta bancária informada pela Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves.

Art. 10 - A entidade beneficiada compromete-se em restituir a Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves o valor transferido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, nos seguintes casos:

- I - quando não for executado o objeto da avença;
- II - quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas;
- III - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa daquela estabelecida no Termo de Cooperação.

Art. 11 - A entidade beneficiada com recursos financeiros deverá afixar placa ou "banner", em local visível aos munícipes, devendo o modelo ser aprovado pela Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves, contendo o logotipo da Fundação e os seguintes dizeres: "ESTA INSTITUIÇÃO RECEBE RECURSOS FINANCEIROS DA FUNDAÇÃO CASA DAS ARTES DE BENTO GONÇALVES."

§ 1º - Quando da inserção do logotipo na contracapa de livros e publicações, o mesmo deverá ocupar uma área mínima de 4% (quatro por cento) da área total.

§ 2º - A placa ou "banner" deverá ser afixada na sede da entidade ou no local do evento, medindo 1,30m x 2,30m.

§ 3º - A não afixação da placa ou "banner" ensejará a rejeição da prestação de contas e devolução dos recursos financeiros recebidos.

Art. 12 - As despesas decorrentes desta lei correrão a conta de recursos previstos nos orçamentos da Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves, em dotações orçamentárias para auxílios a entidades culturais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

4

Art. 13 - Esta lei será regulamentada, por Decreto, no que couber.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e oito.

ALCINDO GABRIELLI
Prefeito Municipal

Processo nº 4293, de 20.05.2008.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

5

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO			
1 – DADOS CADASTRAIS			
ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE		CNPJ	
ENDEREÇO		ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)	
CIDADE BENTO GONÇALVES	UF RS	CEP 95.700-000	DDD/FONE (54)
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		AGÊNCIA/CONTA CORRENTE	
NOME DO RESPONSÁVEL		CPF	
CARTEIRA DE IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR		CARGO	
ENDEREÇO		CEP 95.700-000	
2 – OUTROS PARTICÍPIES			
NOME		CNPJ/CPF	
ENDEREÇO		CEP	
3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO			
TÍTULO DO PROJETO		PERÍODO DE EXECUÇÃO	
		INÍCIO	TÉRMINO
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: DESCRIÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO			
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO: DETALHAMENTO DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

6

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO: (Especificar o cronograma de execução do Projeto, desde os estágios preparatórios até a finalização do mesmo)

PROPOSTA DE CONTRAPARTIDA: (Especificar a proposta de contrapartida pelo apoio recebido, de acordo com a natureza e as especificidades do Projeto)

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA: (O detalhamento orçamentário será de grande importância para análise do Projeto – anexar orçamentos com previsão de gastos para a execução do Projeto)

PARECER:

5 – DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a parcela de recursos destinados à manutenção do projeto, de responsabilidade do proponente, origina-se de recursos advindos da Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves.

Pede Deferimento.

LOCAL E DATA

PROONENTE

6 – APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

LOCAL E DATA

CONCEDENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

7

ANEXO II

TERMO DE COOPERAÇÃO

A **FUNDAÇÃO CASA DAS ARTES DE BENTO GONÇALVES**, com sede nesta cidade, na Rua, inscrita no CNPJ sob o nº, representada por seu Presidente, doravante denominada **FUNDAÇÃO** e a, com sede na, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº, representada por, portador do RG nº, inscrito no CPF sob nº, doravante denominada **ENTIDADE**, com fundamento na Lei Municipal nº, de, celebram o presente Termo de Cooperação, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Cooperação tem por objeto repassar à **ENTIDADE** o valor de R\$ (.....), para parceria nas despesas de

CLÁUSULA SEGUNDA - Em contrapartida, a **ENTIDADE**

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor que trata a cláusula primeira será pago em parcela única e deverá ser depositado no, conta nº, agência, em favor da **ENTIDADE**.

CLÁUSULA QUARTA - A **ENTIDADE** deverá movimentar os recursos financeiros, preferencialmente, em conta bancária específica, apresentando o extrato pertinente ao período do movimento.

CLÁUSULA QUINTA - A **ENTIDADE** deverá afixar em sua sede placa ou "banner", em local visível aos munícipes, devendo o modelo ser aprovado pela **FUNDAÇÃO**, contendo os seguintes dizeres: "ESTA INSTITUIÇÃO RECEBE RECURSOS FINANCEIROS DA FUNDAÇÃO CASA DAS ARTES DE BENTO GONÇALVES."

Parágrafo único - A não afixação da placa ou "banner" ensejará a rejeição da prestação de contas e devolução dos recursos financeiros recebidos.

CLÁUSULA SEXTA - O presente Termo de Cooperação vigorará da data que decorre de sua assinatura até



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

8

CLÁUSULA SÉTIMA - A **ENTIDADE** deverá prestar contas do valor recebido na **FUNDAÇÃO** até, sendo que a liberação de novos repasses de valores fica vinculada à prestação de contas do recurso anterior.

CLÁUSULA OITAVA – A **ENTIDADE** fica obrigada a restituir a **FUNDAÇÃO** eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira ao término do Termo de Cooperação.

CLÁUSULA NONA – A **ENTIDADE** compromete-se em restituir a **FUNDAÇÃO** o valor transferido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, nos seguintes casos:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas;

III - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa daquela estabelecida no Termo de Cooperação.

CLÁUSULA DÉCIMA – A fiscalização do presente Termo de Cooperação ficará a cargo da Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - É competente o Foro da Comarca de Bento Gonçalves, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste instrumento.

E por estarem assim certas e ajustadas e para que surta seus efeitos legais, as partes assinam este Termo de Cooperação em duas vias de igual teor e forma, após lidas e achadas conforme, na presença de duas testemunhas.

Bento Gonçalves,

FUNDAÇÃO CASA DAS ARTES DE BENTO GONÇALVES

.....

ENTIDADE

.....

Testemunhas:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PARECER 203/2008

Processo nº 186/2008

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº 113/2008, do Poder Executivo, que *Insitui Normas para a concessão de auxílios para entidades culturais.*

O presente projeto de lei, institui normas para a concessão de auxílios financeiros para entidades culturais, no âmbito do Município, conforme objetivos definidos no artigo 1º.

O projeto dispõe sobre o pedido de auxílio e sua tramitação, mediante a intervenção da Fundação Casa das Artes, na forma dos Artigo 6º e 7º.

A proposição estabelece ainda, as demais regras atinentes a sua implementação, não havendo óbices, do ponto de vista jurídico, à regular tramitação e votação da matéria.

s.m.j. é o parecer.

Palácio 11 de outubro, aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e oito.

Bel. Carlos José Perizzolo

OAB/RS 6.045

Bel. Jaqueline Menegotto

OAB/RS 51.007

Bel. Aloisio De Nardin

OAB/RS 64.849



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PROCESSO Nº 186/2008

AUTOR: **Executivo Municipal**

ASSUNTO: **INSTITUI NORMAS PARA A CONCESSÃO DE AUXÍLIOS PARA ENTIDADES CULTURAIS.**

PARECER: **COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE CONSTITUÇÃO E JUSTIÇA**

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça, após procederem análise ao Processo 186/2008 que **INSTITUI NORMAS PARA A CONCESSÃO DE AUXÍLIOS PARA ENTIDADES CULTURAIS**, exaram o seguinte parecer:

O presente projeto visa a elaboração de Projeto de Lei regulamentando e disciplinando a destinação de auxílios financeiros a entidades culturais, sem fins lucrativos, bem como a celebração de Termo de Cooperação e a sua devida prestação de contas, tendo por objetivo ordenar as ações e programas de incentivos a cultura, mediante apoio financeiro.

Essa Comissão/é de parecer que a matéria tem condições de tramitação e votação.

É o parecer.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2008.

Vereador **JAIR BARUFFI**
Presidente

Vereador **FRANCISCO RIZZARDO**
Vice-Presidente

Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**
Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

21/12
15

PROCESSO Nº 186/2008

AUTOR: Executivo Municipal

ASSUNTO: Institui Normas para a Concessão de auxílios para Entidades Culturais.

PARECER: **COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Finanças e Orçamento, após procederem a análise do processo 189/2008, que **Institui Normas para a Concessão de auxílios para Entidades Culturais**, são de parecer que a matéria tem condições de tramitação e votação.

É o parecer.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2008.

Vereador  **VALDECIR RIBEIRO**

Presidente

Vereador  **ROBERTO CAINELLI**

Vice-Presidente

Vereador  **AIRTON LUIZ MINUSCULI**

Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

13/15

PARECER

PROCESSO: 186/2008

**ASSUNTO: INSTITUI NORMAS PARA A
CONCESSÃO DE AUXÍLIOS PARA ENTIDADES
CULTURAIS.**

AUTOR: Poder Executivo Municipal.

RELATOR: Vereador **AIRTON LUIZ MINÚSCULI**.

Parecer **PEDIDO DE VISTAS**.

O Vereador abaixo-firmado, **AIRTON LUIZ MINÚSCULI**, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo solicitado **PEDIDO DE VISTAS** ao Processo de nº 186/2008, de 20 de junho de 2008, exara o seguinte parecer:

Após proceder análise do mesmo, é de parecer favorável a sua aprovação.

Sala das Sessões, ao primeiro dia do mês de julho, do ano de dois mil e oito.

Vereador **AIRTON LUIZ MINÚSCULI**
Líder da Bancada do PT



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 4.407, DE 02 DE JULHO DE 2008.

INSTITUI NORMAS PARA A
CONCESSÃO DE AUXÍLIOS PARA
ENTIDADES CULTURAIS.

ALCINDO GABRIELLI, Prefeito Municipal de Bento
Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores
aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Os repasses de auxílios financeiros para
entidades culturais sem fins lucrativos, com o objetivo de estimular a realização de
atividades e projetos culturais, no âmbito do Município de Bento Gonçalves, tem por
objetivos:

- I - contribuir para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;
- II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;
- III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;
- IV - proteger as expressões culturais, garantindo o pluralismo da cultura;
- V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade;
- VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico;
- VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;
- VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
- IX - priorizar o produto cultural originário regional.

Art. 2º - Para os fins dessa lei, considera-se atividade
e/ou projeto cultural aquelas ações relacionadas as seguintes áreas:

- I – arte cênica, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;
- II - produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e outras formas de reprodução fonovideográfica de caráter cultural;
- III – literatura;
- IV – música;
- V – artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, design e filatelia;
- VI – folclore e artesanato regionais;
- VII – pesquisa e documentação científica;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

2

VIII – acervo, preservação e restauração de patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, arquivos, museus, centros culturais e demais acervos;

IX – rádio e televisão local, de caráter educativo e cultural, de caráter não-comercial.

Parágrafo único – O disposto neste artigo somente se aplica aos projetos que visem à exibição, utilização ou circulação pública de bens culturais, sendo vedado a concessão do benefício a obras, produtos, eventos ou outros destinados ou circunscritos a circuitos privados ou a coleções particulares.

Art. 3º - Para o fomento às atividades culturais descritas no art. 2º desta lei, os auxílios a serem destinados pelo Município poderão consistir em:

I – recursos financeiros para entidade cultural;

II - transporte e seguro de objeto de valor cultural, destinado à exposição pública;

III – transporte de pessoas ou grupos culturais com vistas à difusão cultural;

IV – custeio de inscrição em seminários e/ou cursos de caráter artístico, destinados à formação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal na área de cultura, em estabelecimento sem fins lucrativos;

V – realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore;

VI – construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;

VII – conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos;

VIII – restauração de obras de arte e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural;

IX – outros, mediante edição de lei específica.

Parágrafo único - A concessão dos benefícios previstos nessa lei dependerá da análise da Comissão Técnica composta de, no mínimo, 03 (três) membros e aprovação do Conselho Consultivo da Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves.

Art. 4º - Os incentivos serão concedidos à vista de requerimento das entidades interessadas, instruído com os seguintes documentos:

I - cópia do ato constitutivo da entidade, devidamente registrado, acompanhado de suas últimas alterações;

II - prova do registro ou inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

III - prova de regularidade fiscal, relativa aos tributos e contribuições federais, estaduais, Municipais e FGTS;

IV - comprovante de conta bancária em nome da entidade cultural;

V - projeto das atividades culturais que a entidade pretende desenvolver, compreendendo o cronograma dos atos relacionados, a estimativa financeira da produção cultural, o alcance público do projeto, a projeção da população envolvida nas atividades, o prazo para o início das atividades e a indicação expressa dos objetivos a serem atingidos, conforme Anexo I da presente lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

3

Art. 5º - O montante do auxílio financeiro a ser concedido dependerá do interesse público que ficar comprovado pela análise dos elementos referidos no inciso V do art. 4º dessa lei.

Art. 6º - A Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves, decidirá sobre o pedido e elaborará o Termo de Cooperação, consubstanciando as obrigações das partes, em especial os objetivos a serem atingidos, conforme Anexo II da presente lei.

Art. 7º - Caberá à Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves a execução do disposto nesta lei.

Art. 8º - As entidades beneficiadas com auxílios financeiros regulamentados por esta lei deverão prestar contas dos recursos públicos recebidos na periodicidade estipulada no Termo de Cooperação celebrado com a Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves, comprovando a realização dos objetivos propostos no inciso V do art. 4º desta lei.

Art. 9º - Na hipótese do projeto cultural não se realizar, a entidade beneficiada deverá apresentar justificativa escrita e fundamentada perante a Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves, efetuando, de imediato, a devolução dos valores recebidos, através de depósito em conta bancária informada pela Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves.

Art. 10 - A entidade beneficiada compromete-se em restituir a Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves o valor transferido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, nos seguintes casos:

- I - quando não for executado o objeto da avença;
- II - quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas;
- III - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa daquela estabelecida no Termo de Cooperação.

Art. 11 - A entidade beneficiada com recursos financeiros deverá afixar placa ou "banner", em local visível aos munícipes, devendo o modelo ser aprovado pela Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves, contendo o logotipo da Fundação e os seguintes dizeres: "ESTA INSTITUIÇÃO RECEBE RECURSOS FINANCEIROS DA FUNDAÇÃO CASA DAS ARTES DE BENTO GONÇALVES."

§ 1º - Quando da inserção do logotipo na contracapa de livros e publicações, o mesmo deverá ocupar uma área mínima de 4% (quatro por cento) da área total.

§ 2º - A placa ou "banner" deverá ser afixada na sede da entidade ou no local do evento, medindo 1,30m x 2,30m.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

4

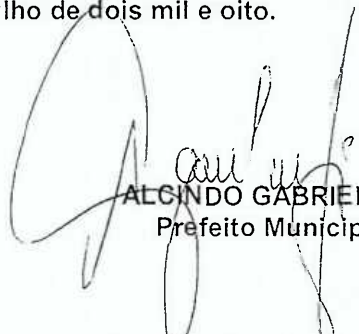
§ 3º - A não afixação da placa ou "banner" ensejará a rejeição da prestação de contas e devolução dos recursos financeiros recebidos.

Art. 12 - As despesas decorrentes desta lei correrão a conta de recursos previstos nos orçamentos da Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves, em dotações orçamentárias para auxílios a entidades culturais.

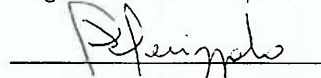
Art. 13 - Esta lei será regulamentada, por Decreto, no que couber.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

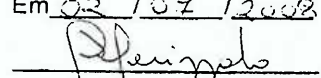
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos dois dias do mês de julho de dois mil e oito.


ALCINDO GABRIELLI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


Patrícia Brun Perizzolo
Procuradora-Geral do Município

Registrado (a) às fls. 083v
e publicado (a)

Em 02 / 07 / 2008


Processo nº 4293, de 20.05.2008.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

5

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS

ORGÃO/ENTIDADE PROPONENTE		CNPJ	
ENDEREÇO		ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)	
CIDADE BENTO GONÇALVES	UF RS	CEP 95.700-000	DDD/FONE (54)
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		AGENCIA/CONTA CORRENTE	
NOME DO RESPONSÁVEL		CPF	
CARTEIRA DE IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR		CARGO	
ENDEREÇO		CEP 95.700-000	

2 – OUTROS PARTICIPES

NOME	CNPJ/CPF
ENDEREÇO	CEP

3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:
DESCRIÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:
DETALHAMENTO DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

6

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO: (Especificar o cronograma de execução do Projeto, desde os estágios preparatórios até a finalização do mesmo)

PROPOSTA DE CONTRAPARTIDA: (Especificar a proposta de contrapartida pelo apoio recebido, de acordo com a natureza e as especificidades do Projeto)

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA: (O detalhamento orçamentário será de grande importância para análise do Projeto – anexar orçamentos com previsão de gastos para a execução do Projeto)

PARECER:

5 – DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a parcela de recursos destinados à manutenção do projeto, de responsabilidade do proponente, origina-se de recursos advindos da Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves.

Pede Deferimento.

LOCAL E DATA

PROPONENTE

6 – APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

LOCAL E DATA

CONCEDENTE

ANEXO II



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

7

TERMO DE COOPERAÇÃO

A **FUNDAÇÃO CASA DAS ARTES DE BENTO GONÇALVES**, com sede nesta cidade, na Rua, inscrita no CNPJ sob o nº, representada por seu Presidente, doravante denominada **FUNDAÇÃO** e a, com sede na, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº, representada por, portador do RG nº, inscrito no CPF sob nº, doravante denominada **ENTIDADE**, com fundamento na Lei Municipal nº, de, celebram o presente Termo de Cooperação, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Cooperação tem por objeto repassar à **ENTIDADE** o valor de R\$ (.....), para parceria nas despesas de

CLÁUSULA SEGUNDA - Em contrapartida, a **ENTIDADE**

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor que trata a cláusula primeira será pago em parcela única e deverá ser depositado no, conta nº, agência, em favor da **ENTIDADE**.

CLÁUSULA QUARTA - A **ENTIDADE** deverá movimentar os recursos financeiros, preferencialmente, em conta bancária específica, apresentando o extrato pertinente ao período do movimento.

CLÁUSULA QUINTA - A **ENTIDADE** deverá afixar em sua sede placa ou "banner", em local visível aos munícipes, devendo o modelo ser aprovado pela **FUNDAÇÃO**, contendo os seguintes dizeres: "ESTA INSTITUIÇÃO RECEBE RECURSOS FINANCEIROS DA FUNDAÇÃO CASA DAS ARTES DE BENTO GONÇALVES."

Parágrafo único - A não afixação da placa ou "banner" ensejará a rejeição da prestação de contas e devolução dos recursos financeiros recebidos.

CLÁUSULA SEXTA - O presente Termo de Cooperação vigorará da data que decorre de sua assinatura até



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

8

CLÁUSULA SÉTIMA - A **ENTIDADE** deverá prestar contas do valor recebido na **FUNDAÇÃO** até, sendo que a liberação de novos repasses de valores fica vinculada à prestação de contas do recurso anterior.

CLÁUSULA OITAVA – A **ENTIDADE** fica obrigada a restituir a **FUNDAÇÃO** eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira ao término do Termo de Cooperação.

CLÁUSULA NONA – A **ENTIDADE** compromete-se em restituir a **FUNDAÇÃO** o valor transferido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, nos seguintes casos:

- I - quando não for executado o objeto da avença;
- II - quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas;
- III - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa daquela estabelecida no Termo de Cooperação.

CLÁUSULA DÉCIMA – A fiscalização do presente Termo de Cooperação ficará a cargo da Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - É competente o Foro da Comarca de Bento Gonçalves, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste instrumento.

E por estarem assim certas e ajustadas e para que surta seus efeitos legais, as partes assinam este Termo de Cooperação em duas vias de igual teor e forma, após lidas e achadas conforme, na presença de duas testemunhas.

Bento Gonçalves,

FUNDAÇÃO CASA DAS ARTES DE BENTO GONÇALVES

.....

ENTIDADE

.....

Testemunhas:

